



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.737/2005/TCM/PA

Dispõe sobre a aplicação dos recursos, os limites de aplicação, o superávit financeiro e a prestação de contas dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive do FUNDEF, conforme entendimento das normas legais pertinentes firmado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de Atos e Instruções Normativas de cumprimento obrigatório, sob pena de responsabilidade e aplicação das sanções, na forma dos Artigos 27 e 57, II, § 1º, da Lei Complementar nº 25, de 05 de agosto de 1994, e Art. 55, III, Alínea "c", do Ato nº 09, de 9 de fevereiro de 1995:

RESOLVE:

Art. 1º – Os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, inclusive os recursos do FUNDEF, por serem vinculados, devem ser aplicados no exercício financeiro a que se referem.

Art. 2º – O superávit financeiro do FUNDEF, gerado em decorrência da inobservância ao disposto no Artigo anterior, deverá ser somado aos recursos recebidos no exercício subsequente e o total apurado será o montante a ser aplicado e sobre o qual será calculado o limite mínimo de sessenta por cento a ser investido na valorização do magistério, conforme inteligência do Parágrafo Único, do Art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º – A prestação de contas dos recursos do FUNDEF deve elaborada de forma individualizada cuja escrituração contábil deve observar o que dispõe a Resolução nº 7.735/2005/TCM, com documentos identificados com o carimbo de FUNDEF/60% e FUNDEF/40%.

Art. 4º - O pagamento dos servidores que exercem atividades na educação básica deverá ser discriminado por nível de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e por atividade (Magistério e Administrativo).

Art. 5º – Os balancetes quadrimestrais acompanharão a prestação de contas de que trata o artigo e cada quadrimestre conterà obrigatoriamente o parecer do Conselho de



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Acompanhamento e Controle Social, bem como, no último quadrimestre, o parecer do Conselho de Alimentação Escolar, ambos acompanhados do instrumento de criação e composição de cada Conselho.

Art. 6º – Os recursos do FUNDEF aplicados em desatendimento a finalidade à qual são vinculados na forma da lei, deverão ser devolvidos pelo Ordenador de Despesa à conta respectiva, sem prejuízo da aplicação da multa disciplinada nesta Resolução.

Art. 7º – A não aplicação dos recursos no percentual mínimo no desenvolvimento e manutenção do ensino implicará em grave irregularidade ensejadora da reprovação das contas, sem prejuízo da aplicação da multa disposta nesta Resolução..

§ 1º Para apuração da aplicação dos recursos de que trata o caput será considerada a despesa liquidada, podendo no encerramento do exercício serem consideradas, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inscritas em restos a pagar, para fins de apuração dos percentuais de aplicação estabelecidos na Constituição Federal, desde que haja disponibilidade financeira vinculadas à educação, abrangendo também nesta hipótese as despesas empenhadas e ainda não liquidadas.

Art. 8º – Ao Ordenador de Despesa que não cumprir o disposto nos Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º, desta Resolução, será aplicada multa no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo Único – À mesma penalidade imposta no caput deste artigo, estará sujeito o Contador responsável pela escrituração das contas, que responde solidariamente com o Ordenador da Despesa, na forma do Art. 1.177 e Parágrafo Único do Código Civil Brasileiro, no caso de descumprimento do disposto no Art. 3º.

Art. 9º – Devem ser observadas as normas constantes do ANEXO desta Resolução.

Art. 10 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Instrução Normativa nº 01, de 17.03.1998.

Plenário do Tribunal de Contas do Municípios do Estado do Pará, em 25 de janeiro de 2005.

Conselheiro Presidente Aloisio Chaves

Conselheiro Alcides Alcantara

Conselheiro Ronaldo Passarinho

Conselheira Rosa Hage



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 7.737/2005/TCM/PA

ANEXO

Considerando as disposições dos Artigos 208, 211, 212, 213 e 214, da Constituição Federal, da Emenda Constitucional nº 14, de 12.09.96, das Leis nºs. 9.394, de 20.12.96, e 9.424, de 24.12.96, da Portaria nº 471/2004 – STN, no que se refere ao anexo X - Demonstrativo das Receitas e Despesas da Manutenção do Desenvolvimento do Ensino, bem como, a ação dos órgãos responsáveis na prioridade da fiscalização dos recursos públicos, ao cumprimento do disposto no Artigo 212, da Constituição Federal e no Artigo 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, faz constar em anexo à Resolução nº 005/2005 as seguintes orientações:

I - Na Lei Orçamentária Anual deverá constar a receita prevista e a despesa fixada para manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério, atendendo ao percentual previsto nas Leis Orgânicas dos Municípios e no Artigo 60, do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, obedecido o mínimo previsto no a Artigo 212, da Constituição da República, observando ainda o estabelecido para a Função Educação no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada Município.

II - No encerramento do exercício, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, inscritas em restos a pagar, poderão ser consideradas, para fins de apuração dos percentuais de aplicação estabelecidos na Constituição Federal, desde que haja disponibilidade financeira vinculadas à educação, abrangendo também nesta hipótese as despesas empenhadas e ainda não liquidadas.

III - Consideram-se despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino as relacionadas no Artigo 70, da Lei nº 9.394/96, a saber:

- a) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;
- b) aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;
- c) uso e manutenção de bens vinculados ao ensino;
- d) levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precípuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;
- e) realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;
- f) concessão de bolsas de estudos a alunos de escolas públicas e privadas;
- g) amortização e custeio de operações de créditos destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;
- h) aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

IV - Não serão consideradas como despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino as previstas no Artigo 71, da Lei nº 9.394/96, realizadas com:

- pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;
- subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural.
- formação de quadros especiais para a administração pública;
- programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;
- obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

V - O acompanhamento e a análise realizada pelo Tribunal de Contas dos Municípios serão procedidas pelos Órgãos Técnicos, que verificarão a compatibilização entre receita prevista e despesa fixada e as efetivamente realizadas pela Administração Municipal, com vistas ao atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, conforme o disposto no *caput* do Artigo 69 e seu § 4º, da Lei nº 9.394/96.

VI - As despesas relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino e as realizadas com recursos do FUNDEF deverão ser identificadas através das fontes de recursos específicas vinculadas à educação.

VII - Os pagamentos dos servidores que exercem atividades na educação básica deverão ser discriminados por nível de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e por atividade (Magistério e Administrativo).

VIII - A comprovação das despesas custeadas com recursos previstos no *caput* do Artigo 7º, da Lei nº 9.424/96, deverá ser discriminada de acordo com os termos da Resolução nº 3, de 08.10.97, do Conselho Nacional de Educação (Docência, Direção ou Administração Escolar, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional), ou outro documento legal que venha substituí-lo.

IX - O Município deve encaminhar conjuntamente ao Balancete Quadrimestral o Demonstrativo de Aplicação do FUNDEF, evidenciando o superávit financeiro do período.

X - A quando do envio do Balancete Quadrimestral em meio documental e eletrônico, obrigatoriamente este deverá vir acompanhado do parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF, nos termos do Artigo 4º, Inciso IV, da Lei nº 9.424/96, e no último quadrimestre do exercício, o parecer do Conselho de Alimentação Escolar.